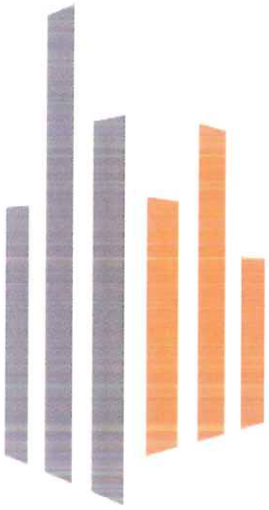


TPS

Teixeira Pinto & Soares SA

alvará nº 29132

Índice

Introdução

Perfil e Posicionamento

Órgãos Sociais

Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

Factos relevantes de 2017

Evolução da Atividade da Teixeira, Pinto & Soares, S.A.

Recursos Humanos

Proposta de aplicação de resultados

Factos relevantes após o termo do exercício

Dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social

Perspetivas Futuras e Notas Finais

Anexo ao Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

1. Introdução

A empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A., fundada em 1997, sociedade anónima com sede social na Rua do Outeiro, n.º 677, Zona Industrial de Telões, em Amarante, e com um capital social de 1.000.000,00 euros, define-se hoje como uma empresa experiente, rigorosa e dinâmica nos seus processos.

Em linha com a orientação seguida ao longo dos últimos anos, a Teixeira, Pinto & Soares, S.A. tem definido os seguintes objetivos estratégicos:

1. Consolidação da sua quota de mercado;
2. Crescimento do volume de negócios e aumento da produtividade;
3. Implementação de soluções tecnológicas com vista à modernização e otimização de recursos e aumento da qualidade e fiabilidade da informação.

No cumprimento do Código das Sociedades Comerciais e das normas estatutárias, vimos submeter à apreciação o Relatório de Gestão, as Contas do Exercício de 2017 e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos à sociedade Teixeira, Pinto & Soares, S.A.

2. Perfil e Posicionamento

Mantendo um percurso sólido, com mais de vinte anos, a Teixeira, Pinto & Soares, S.A. apresenta-se cada vez mais dinâmica. A partir da sua sede em Amarante, a sua atividade expandiu-se a todo o território nacional.

Ao longo dos anos, a empresa vem apresentando um posicionamento estratégico baseado em serviços de elevado padrão de qualidade, não obstante as dificuldades que o sector atravessa há já alguns anos, o que tem permitido encarar o futuro com moderado otimismo.

Para melhorar continuamente os seus valores e aumentar a confiança dos seus Clientes, a Teixeira Pinto & Soares, S.A. garante em cada nova missão:

- Uma avaliação criteriosa na seleção dos fornecedores e respetivos materiais a aplicar que garantem a qualidade dos produtos selecionados;
- Uma seleção cuidada dos recursos humanos necessários para garantir a qualidade de todo o processo produtivo que engloba a fase de orçamentação e a fase de realização de obra;
- Atenção pormenorizada nos aspetos de segurança e de qualidade dos trabalhos a desenvolver.

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. cumpre rigorosamente a legislação, normas e regulamentos aplicáveis ao sector.

3. Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Bruno Fernando Macedo Soares

Vogal: Pedro Miguel Macedo Soares

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Cristina Maria Ribeiro Gonçalves

Secretária: Ana Maria Pereira Teixeira

FISCAL ÚNICO:

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC, representada por Óscar Rodrigues Veloso, ROC n.º 1392 e Diana Rosa Matos Fernandes da Costa, ROC n.º 1212

FISCAL ÚNICO SUPLENTE:

Armindo Fernandes da Costa, ROC n.º 423

4. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

4.1. Situação económica internacional

O ano de 2017 foi marcado por uma aceleração da economia mundial, com o PIB a subir de 3,2% para 3,7%, beneficiando este crescimento simultaneamente do conjunto das economias avançadas e emergentes.

A economia da Zona Euro cresceu 2,4% em 2017, também em aceleração face a 2016.

4.2. Situação económica nacional

Em Portugal, a atividade económica cresceu 2,7%. A procura interna aumentou o seu contributo para o PIB, devido sobretudo à aceleração do investimento.

4.3. Evolução do Sector da Construção

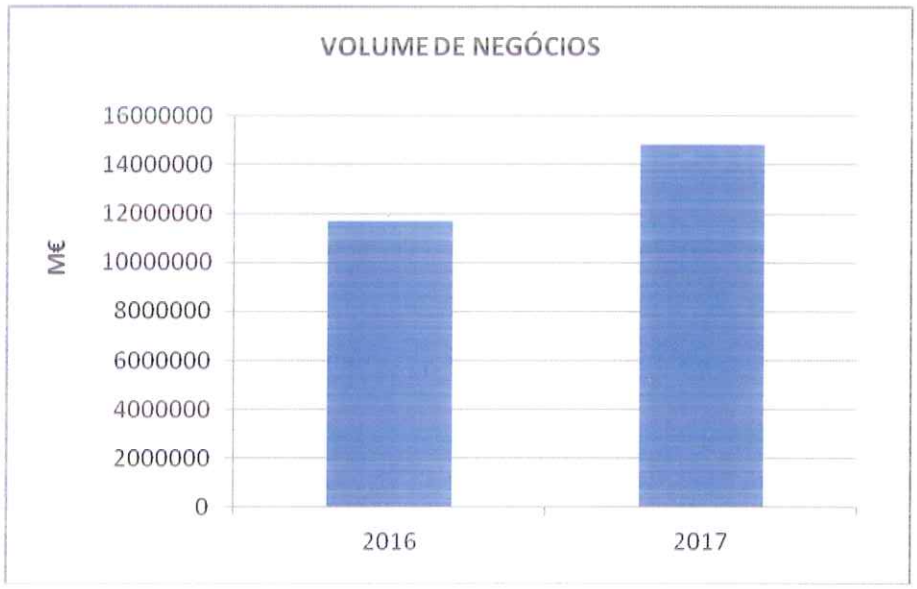
Com a realização de eleições autárquicas no último trimestre de 2017, o crescimento do montante das obras públicas lançadas a concurso intensificou-se logo a partir de Janeiro, atingindo um pico máximo em Agosto, momento a partir do qual abrandou.

Por sua vez, o mercado imobiliário manteve um forte dinamismo, consolidando a ideia de que a atividade da construção de edifícios, nomeadamente a de reabilitação de imóveis, será determinante no desempenho favorável do sector.

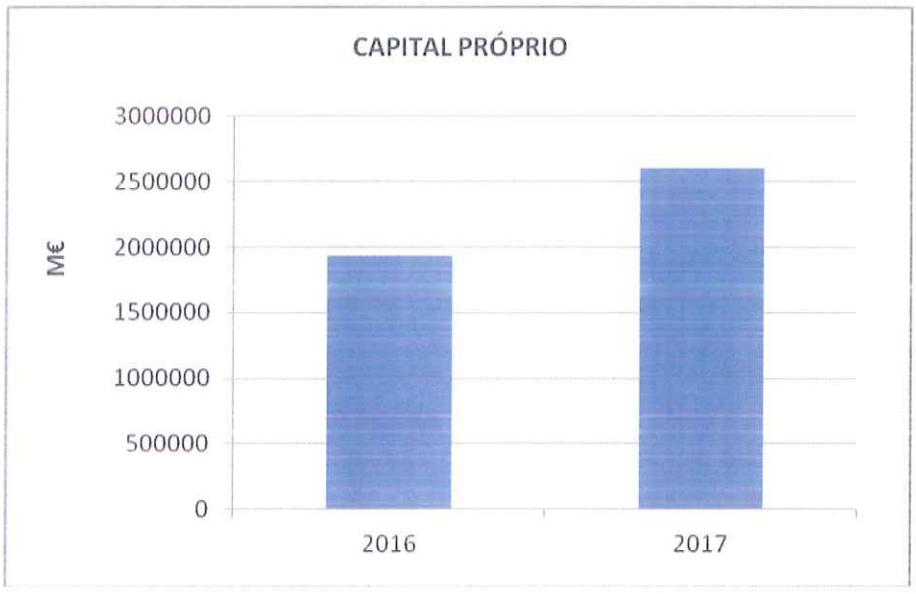
5. Factos Relevantes de 2017

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. reforçou a sua posição no mercado, conseguindo durante o ano obras de referência, designadamente: Centro Escolar da Chamusca (Município da Chamusca), Valorização, Conservação e Reabilitação das Termas Romanas de S. Pedro do Sul (Município de S. Pedro do Sul), Reabilitação do Convento de Jesus (Município de Setúbal), Unidade de Saúde Familiar da Buraca/Águas Livres (Município da Amadora), Construção de Apartamentos Ericeira – Edifício de Habitação Coletiva (A1V2 Imobiliária, Lda), entre outras.

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. fechou o ano com um volume de negócios de 14,842 milhões de euros, apresentando um aumento de cerca de 27% face a 2016.



O desempenho foi positivo, permitindo a melhoria da generalidade dos indicadores económicos e financeiros, com especial relevo para o reforço contínuo dos capitais próprios, em consonância com a estratégica de autossustentabilidade definida.



6. Evolução da atividade da Teixeira Pinto & Soares, S.A.

Em 2017, a Teixeira, Pinto & Soares, S.A. apresentou um volume de negócios de 14,842 milhões de euros, registando um aumento face ao ano transato de aproximadamente 27% *(2016: 11,659 milhões de euros)*.

Resultado das operações	2017		2016
	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor
Volume de negócios	14.842.296,58	27%	11.659.008,79
Outros rendimentos e outros gastos	19.322,47	-150%	-38.864,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	835.476,87	37%	608.031,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-167.196,96	41%	-118.669,01
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00		0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	668.279,91	37%	489.362,36
Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados	-17.935,49	3%	-17.491,27
Resultados antes de impostos	650.344,42	38%	471.871,09
Imposto sobre o rendimento do período	16.392,52	-114%	-120.282,40
Resultado líquido do período	666.736,94	90%	351.588,69

O resultado líquido da Teixeira, Pinto & Soares, S.A. ascendeu a 666.736,94 euros, tendo registado um aumento face ao período homólogo (90%).

O total do ativo ascendeu a 8.759.071,84 euros, o total do capital próprio aumentou para 2.598.183,27 euros, e o total do passivo ascendeu a 6.160.888,57 euros.

A Teixeira Pinto & Soares, S.A. apresentou em 2017 rácios de estrutura e de liquidez robustos – autonomia financeira de 29,66%, solvabilidade de 42,17%, liquidez geral de 140,09% e reduzida de 138,54%, demonstrando a solidez e a boa performance financeira do ano em análise.

Rácios de estrutura	Autonomia financeira	29,66%
	Solvabilidade	42,17%
Rácios de liquidez	Liquidez geral	140,09%
	Liquidez reduzida	138,54%

7. Recursos Humanos

No final do exercício de 2017, a Teixeira, Pinto & Soares, S.A. empregava 74 colaboradores. Os custos com pessoal ascenderam a 1.696.286,45 euros, aumentando cerca de 30% face ao ano transato.

Recursos humanos	2017	2016
Número de trabalhadores no final do período	74	74
Número médio de trabalhadores ao longo do período	78	65
Idade média dos trabalhadores	41	41
Horas de formação totais	441	1126
Média de horas de formação por trabalhador	6	17
Gastos com o pessoal (€)	1.696.286,45	1.305.341,70
Gastos médios por trabalhador (€)	21.747,26	20.082,18
Total de acidentes de trabalho	4	5
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	5%	8%

8. Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que ao resultado líquido do exercício no montante de 666.736,94 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reservas legais 33.336,85 euros

Reservas livres 633.400,09 euros

9. Factos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o fecho das contas em 31 de Dezembro de 2017.

10. Dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A., tem a sua situação devidamente regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social, não possuindo nenhuma dívida em mora perante estas entidades.

11. Perspetivas Futuras e Notas Finais

A Administração considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela empresa reforçam a sua estabilidade, sendo de realçar a posição cada vez mais forte no mercado com uma carteira de obras atualmente contratada na ordem de 28,000 milhões de euros.

A implementação de políticas sustentáveis, alicerçadas nos valores e na missão da Teixeira, Pinto & Soares, S.A., garante uma linha orientadora para que o futuro seja desafiado com audácia.

A Administração não poderia concluir sem deixar o seu reconhecimento a todos os colaboradores, pelo profissionalismo e contínua dedicação; aos clientes, instituições financeiras e fornecedores, pelo notável contributo evidenciado.

Amarante, 16 de Março de 2018

A Administração

Bruno Fernando Prado Soares

Pedro Miguel Macedo Soares

ANEXO
AO
RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(De acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das sociedades Comerciais)

Em Dezembro de 2017, os administradores Bruno Fernando Macedo Soares e Pedro Miguel Macedo Soares subscreveram um aumento de capital na sociedade Latitude Capital, SGPS, S.A. através da entrada de, respetivamente, 92.838 e 76.862 ações da Teixeira Pinto & Soares, S.A., adquirindo desta forma a sociedade Latitude Capital, SGPS, S.A. a correspondente participação no capital social da Teixeira Pinto & Soares, S.A., seguindo-se a posição a 31-12-2017:

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31-12-2017
Bruno Fernando Macedo Soares	15.000
Pedro Miguel Macedo Soares	15.000
Pertencente a conjugue Cristina Maria Ribeiro Gonçalves	100
Pertencente a sociedade de que são administradores Latitude Capital, SGPS, S.A.	169.700

O Fiscal Único Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC, bem como o Fiscal Único Suplente Armindo Fernandes da Costa, não detinham quaisquer ações a 31-12-2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-17	31-dez-16
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	689.466,20	671.946,58
Propriedades de investimento	10	100.457,65	
Ativos intangíveis	7	6.312,47	720,42
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	23		172.079,18
Outros investimentos financeiros	23	61.319,81	534.591,72
Créditos a receber	17.4	1.139.900,00	199.900,00
Ativos por impostos diferidos	16	79.194,64	
		2.076.650,77	**1.579.237,90**
Ativo Corrente			
Inventários	11	73.845,01	168.940,70
Clientes	17.1	3.967.775,65	3.676.674,74
Estado e outros entes públicos	16	384.547,09	31.157,11
Outros créditos a receber	12, 17.4	1.419.514,38	867.754,16
Diferimentos		45.648,81	40.692,83
Caixa e depósitos bancários	5.2	791.090,13	2.015.339,59
		6.682.421,07	**6.800.559,13**
Total do ativo		**8.759.071,84**	**8.379.797,03**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17.5	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas legais	17.5	66.155,31	48.575,88
Outras reservas		676.880,84	466.950,76
Resultados transitados		188.410,18	64.331,00
		1.931.446,33	**1.579.857,64**
Resultado líquido do período		**666.736,94**	**351.588,69**
Total do capital próprio		**2.598.183,27**	**1.931.446,33**
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	14	148.274,34	78.280,41
Financiamentos obtidos	17.6	1.242.525,55	1.078.000,39
		1.390.799,89	**1.156.280,80**
Passivo corrente			
Fornecedores	17.3	3.087.355,02	3.203.981,43
Adiantamentos de clientes	17.2	416.738,26	538.609,74
Estado e outros entes públicos	16	69.658,53	83.742,21
Financiamentos obtidos	17.6	457.611,88	393.165,65
Outras dívidas a pagar	17.4	621.384,41	495.653,98
Diferimentos	12	117.340,58	576.916,89
		4.770.088,68	**5.292.069,90**
Total do passivo		**6.160.888,57**	**6.448.350,70**
Total do capital próprio e passivo		**8.759.071,84**	**8.379.797,03**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	14.842.296,58	11.659.008,79
Subsídios à exploração		11.067,40	6.606,85
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	23	1.043.920,82	-1.955,70
Trabalhos para a própria entidade	8	22.053,10	94.151,48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-3.377.355,64	-2.746.500,24
Fornecimentos e serviços externos	20	-9.957.659,27	-7.034.167,32
Gastos com o pessoal	19	-1.696.286,45	-1.305.341,70
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1.921,13	
Provisões (aumentos/reduções)	14	-69.993,93	-24.908,33
Aumentos/reduções de justo valor		32,92	1,91
Outros rendimentos	21	61.108,03	56.385,66
Outros gastos	22	-41.785,56	-95.250,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**835.476,87**	**608.031,37**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,8,10	-167.196,96	-118.669,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**668.279,91**	**489.362,36**
Juros e gastos similares suportados		-17.935,49	-17.491,27
Resultado antes de impostos		**650.344,42**	**471.871,09**
Imposto sobre o rendimento do período	16	16.392,52	-120.282,40
Resultado líquido do período		**666.736,94**	**351.588,69**

Resultado por ação básico	3,33	1,76

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13.986.791,22	11.280.120,12
Pagamentos a fornecedores		-13.385.502,78	-9.269.074,05
Pagamentos ao pessoal		-1.253.613,08	-1.111.624,42
Caixa gerada pelas operações		**-652.324,64**	**899.421,65**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-116.633,79	-88.450,74
Outros recebimentos/pagamentos		-738.399,68	-47.187,56
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		**-1.507.358,11**	**763.783,35**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-127.532,15	-33.265,20
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-828.708,25	-255.632,40
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		17.085,75	4.569,11
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1.127.980,16	196.423,20
Outros ativos		1.800,00	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		3.242,29	4.121,81
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		**193.867,80**	**-83.783,48**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		500.000,00	500.000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-393.882,37	-428.942,55
Juros e gastos similares		-16.876,78	-17.491,27
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		**89.240,85**	**53.566,18**
Variação de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]		-1.224.249,46	733.566,05
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.015.339,59	1.281.773,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**791.090,13**	**2.015.339,59**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

(Euros)

MOVIMENTOS NO PERÍODO		Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1		1.000.000,00				29.363,97	129.630,98			36.624,50	384.238,19	1.579.857,64		1.579.857,64
Alterações no período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedentes de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							19.211,91	337.319,78	64.331,00		-36.624,50	-384.238,19			
	2		0,00	0,00	0,00	0,00	19.211,91	337.319,78	64.331,00		-36.624,50	-384.238,19			
Resultado líquido do período	3											351.588,69	351.588,69		351.588,69
Resultado integral	4=2+3											-32.649,50	351.588,69		351.588,69
Operações com detentores de capital no período:															
Subscrições de capital															
Subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5		**1.000.000,00**				**48.575,88**	**466.950,76**	**64.331,00**		**0,00**	**351.588,69**	**1.931.446,33**		**1.931.446,33**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

(Euros)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	1.000.000,00				48.575,88	466.950,76	64.331,00			351.588,69	1.931.446,33		1.931.446,33
Alterações no período:														
Primeira adopção do referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						17.579,43	209.930,08	124.079,18			-351.588,69			
	7					17.579,43	209.930,08	124.079,18			-351.588,69			
Resultado líquido do período	8										666.736,94	666.736,94		666.736,94
Resultado integral	9 = 7+8										315.148,25	666.736,94		666.736,94
Operações com detentores de capital no período:														
Subscrições de capital														
Subscrições de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	**1.000.000,00**				**66.155,31**	**676.880,84**	**188.410,18**			**666.736,94**	**2.598.183,27**		**2.598.183,27**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. Identificação da entidade

Designação: Teixeira, Pinto & Soares, S.A.

Sede Social: Rua do Outeiro, N.º 677, Zona Industrial de Telões 4600-758 Amarante

Capital Social: 1.000.000,00 euros

N.º Contribuinte e registo na conservatória: 503 864 960

Objeto Social: Construção e reparação de edifícios. Prestação de serviços de engenharia civil, tais como; construção de estradas, pontes, túneis, pistas de aeroportos e vias férreas, construção de redes de transporte de águas, de esgotos, de distribuição de energia, de telecomunicações e de outras redes, construção de outras obras de engenharia civil. Prestação de serviços em atividades especializadas de construção, tais como; demolição e preparação dos locais de construção.

C.A.E.: 41200-R3 Construção de Edifícios (Residenciais e não Residenciais).

A sociedade foi constituída em 09 de Abril de 1997 sob a forma de sociedade por quotas.

Em assembleia geral de 01 de Dezembro de 2015, foi aprovada a transformação da sociedade em anónima.

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. integra um grupo cuja empresa-mãe é a sociedade Latitude Capital, SGPS, S.A., com a mesma sede, a qual elabora contas consolidadas.

As presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas legais que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações particulares da empresa são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foi derrogada qualquer disposição do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A empresa adotou pela primeira vez as NCRF no exercício de 2010, ano da entrada em vigor do SNC.

O SNC foi alterado em 2015, com efeitos a partir de 01-01-2016, o que implicou a utilização de novos modelos das demonstrações financeiras. As alterações resultantes foram tratadas de forma prospetiva.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 01 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de via útil e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os custos de manutenção/reparação que não aumentem a vida útil dos ativos são contabilizados como gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	Entre 2 e 8 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

4.1.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicado anualmente a partir da entrada em funcionamento dos bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a amortização total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerada qualquer quantia residual.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de depreciações e de amortizações".

4.1.3. Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efetuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e as respetivas responsabilidades como passivo pelo valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação e são contabilizados como gasto do exercício na demonstração dos resultados.

4.1.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil, e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem.

4.1.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

4.1.6. Especialização dos exercícios

A empresa regista os seus rendimentos e gastos no pressuposto do regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

4.1.7. Instrumentos financeiros

Clientes e Outros créditos a receber

As dívidas de "Clientes" e os "Outros créditos a receber" são registados pelo seu valor nominal e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

- Se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;

- Se torne provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

As letras descontadas e as contas a receber em factoring encontram-se apresentadas no ativo pelo seu valor nominal e no passivo pelo adiantamento já recebido.

Os encargos com juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

Empréstimos e outras dívidas a pagar não correntes

Os empréstimos e as dívidas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal.

Os encargos financeiros com os juros bancários e despesas similares, são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

4.1.8. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras dívidas a pagar/Outros créditos a receber".

4.1.9. Contratos de Construção

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas na rubrica "Outros créditos a receber" ou na rubrica "Diferimentos".

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, a empresa reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

4.1.10. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

4.1.11. Subsídios e apoios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando, existe certeza que sejam recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

4.1.12. Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários à ordem e a prazo em que é possível a sua utilização sem risco significativo de alterar o seu valor.

4.1.13. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

4.1.14. Custos de financiamentos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

4.1.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

4.1.16. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

4.1.17. Benefício dos empregados

As obrigações de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo que se esgota de imediato com o pagamento dos respetivos valores em dívida.

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, horas extra, isenção de horário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pela Administração.

4.2. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análise de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- Réditos e estimativas de custos no cálculo dos resultados dos contratos de construção;
- Definição de níveis de materialidade para definição sobre a informação a divulgar no anexo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4.3. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

5. Fluxos caixa

5.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de "caixa e seus equivalentes" encontra-se totalmente disponível.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancário

Meios Financeiros Líquidos referidos no Balanço	31-12-2017	31-12-2016
Caixa:		
Numerário - Euro	50,00	50,00
	50,00	50,00
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem - Euro	791.037,48	1.465.246,55
Outros Depósitos - Euro	2,65	550.043,04
	791.040,13	2.015.289,59
TOTAL	**791.090,13**	**2.015.339,59**

5.3. Fluxos de caixa provenientes de aquisições ou alienações de subsidiárias ou de outras unidades empresariais:

Em Outubro de 2017, a sociedade alienou a sua participação no capital da sociedade Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A. à sociedade Latitude Capital, SGPS, S.A., pelo valor de 2.000.000,00 euros, tendo recebido até à data de 31-12-2017 o montante de 610.000,00 euros.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. Ativos intangíveis

7.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano de 2017 e em 2016 foram os seguintes:

	31-12-2017				
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas de computador	3.391,64				3.391,64
	3.391,64				**3.391,64**

	Saldo Inicial	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas de computador	2.671,22	392,95			3.064,17
	2.671,22	**392,95**			3.064,17
Valor Líquido	**720,42**				**327,47**

	31-12-2016				
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas de computador	3.391,64				3.391,64
	3.391,64				**3.391,64**

	Saldo Inicial	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas de computador	2.278,27	392,95			2.671,22
	2.278,27	**392,95**			**2.671,22**
Valor Líquido	**1.113,37**				**720,42**

7.2. Ativo intangíveis em curso

Os valores incluídos na rubrica investimentos em curso, em 31 de Dezembro de 2017, referem-se à adjudicação de um software com implementação em curso:

	31-12-2017
Ativos intangíveis em curso	
Software CentralGest	5.985,00
	5.985,00

8. Ativos fixos tangíveis

8.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2017 e em 2016 foram os seguintes:

	31-12-2017				
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Edifícios e Outras Construções	343.980,61	102.687,90		-79.506,63	367.161,88
Equipamento básico	66.254,48	25.113,73			91.368,21
Equipamento de transporte	533.126,59	122.853,76			655.980,35
Equipamento administrativo	52.976,05	11.971,96			64.948,01
Outros	8.711,51	100,83			8.812,34
	1.005.049,24	**262.728,18**		**-79.506,63**	**1.188.270,79**

	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	23.058,60	17.926,87		-962,70	40.022,77
Equipamento básico	45.721,33	9.537,75			55.259,08
Equipamento de transporte	234.627,02	128.786,98			363.414,00
Equipamento administrativo	31.209,80	8.813,84			40.023,64
Outros	6.238,58	471,02			6.709,60
	340.855,33	**165.536,46**		**-962,70**	**505.429,09**
Valor Líquido	**664.193,91**				**682.841,70**

	31-12-2016				
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Edifícios e Outras Construções	231.879,87			112.100,74	343.980,61
Equipamento básico	50.184,62	16.069,86			66.254,48
Equipamento de transporte	376.951,75	206.032,36	17.170,00	-32.687,52	533.126,59
Equipamento administrativo	37.890,71	15.085,34			52.976,05
Outros	6.601,51	2.110,00			8.711,51
	703.508,46	**239.297,56**	**17.170,00**	**79.413,22**	**1.005.049,24**

	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	11 747,52	11.311,08			23.058,60
Equipamento básico	40 020,64	5.700,69			45.721,33
Equipamento de transporte	190 760,80	93.042,75		49.176,53	234.627,02
Equipamento administrativo	23 248,75	7.961,05			31.209,80
Outros	5 978,09	260,49			6.238,58
	271 755,80	**118.276,06**		**49.176,53**	**340.855,33**
Valor Líquido	**431 752,66**				**664.193,91**

Em 2017, a rubrica Edifícios e outras construções inclui o valor líquido de 22.666,13 euros referente a obras em edifícios alheios (Estaleiro de Lisboa).

8.2. Ativos fixos tangíveis em curso

Os valores incluídos na rubrica investimentos em curso, em 31 de Dezembro de 2017, referem-se a obras de remodelação na sede:

	31-12-2017	31-12-2016
Ativos fixos em curso		
Estaleiro Lisboa		7.752,67
Sede	6.624,50	
	6.624,50	**7.752,67**

9. Locações

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor dos ativos financiados por contratos de locação financeira são como segue:

	2017		
	Quantia escriturada	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativo Bruto			
Equipamento básico			
Equipamento de transporte	561.638,97	274.458,04	287.180,93
Equipamento administrativo			
Outros			
Total	**561.638,97**	**274.458,04**	**287.180,93**

	2016		
	Quantia escriturada	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativo Bruto			
Equipamento básico			
Equipamento de transporte	456.072,37	165.895,72	290.176,65
Equipamento administrativo			
Outros			
Total	**456.072,37**	**165.895,72**	**290.176,65**

O valor dos capitais em dívida em 31-12-2017 e 31-12-2016 são os seguintes:

	31-12-2017	31-12-2016
Rendas vincendas locações		
Até um ano	104.759,13	85.152,21
Entre um e cinco anos	250.858,85	243.859,02
Mais de cinco anos		808,01
	355.617,98	**329.819,24**

10. Propriedades de investimento

Os movimentos na rubrica de propriedades de investimento durante o ano de 2017 foram os seguintes:

	31-12-2017				
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências E abates	Saldo Final
Valor Bruto				101.725,20	101.725,20
Edifícios e Outras Construções					
				101.725,20	**101.725,20**

	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Edifícios e Outras Construções		1.267,55			1.267,55
		1.267,55			**1.267,55**
Valor Líquido					**100.457,65**

A 31-12-2017, estimamos que o justo valor das propriedades de investimento não se afasta de forma significativa da sua quantia escriturada.

11. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados conforme descrito na Nota 4 no ponto 4.1.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57.080,31	168.940,70
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso		
Adiantamentos por conta de compras	16.764,70	
	73.845,01	**168.940,70**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica gastos e perdas decompunha-se como segue:

31-12-2017

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial		168.940,70
Perdas por imparidade em inventários		
Compras		3.265.495,25
Subcontratos		
Reclassificação e regul. de inventários		
Inventário Final		57.080,31
Gasto do Período		**3.377.355,64**

31-12-2016

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial		58.429,26
Perdas por imparidade em inventários		
Compras		2.857.011,68
Subcontratos		
Reclassificação e regul. de inventários		
Inventário Final		168.940,70
Gasto do Período		**2.746.500,24**

12. Contratos de Construção

12.1. Métodos usados para determinar o rédito dos contratos reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito dos contratos é reconhecido como rédito na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado.

12.2. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se descrimina:

- A proporção em que os custos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;

- Levantamento do trabalho executado;

- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

12.3. Informação relativa a contratos de construção em curso

	31-12-2017
Gastos de construção incorridos até à data	9.930.598,91
Gastos de construção incorridos no ano	7.590.531,14
Réditos reconhecidos até à data	10.837.068,42
Réditos reconhecidos no ano	8.396.447,66
Margem bruta reconhecida acumulada	906.469,51
Acréscimos de rendimentos - excesso de produção sobre faturação	833.446,20
Rendimentos a reconhecer - défice de produção sobre faturação	116.740,58

13. Réditos

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) **Vendas** – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

b) **Prestações de serviços** – são reconhecidas na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito

Segue-se a quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida, durante os períodos de 2017 e 2016:

	2017	2016
Venda de bens		6.402,90
Prestação de serviços	14.842.296,58	11.652.605,89
Juros	4.251,18	5.502,42
Variação Produção		
Dividendos		
Subsídios à exploração	11.067,40	6.606,85
TOTAL	**14.857.615,16**	**11.671.118,06**

As Vendas e Prestações de Serviços estavam distribuídas geograficamente como segue:

	2017	2016
Vendas e Prestação de serviços efetuados em Portugal	14.842.296,58	11.659.008,79

14. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme descrito na Nota 4 no ponto 4.1. Segue-se o movimento das provisões no período:

Provisões	Saldo Inicial	Utilização	Reversão	Constituição/Reforço	Saldo Final
Garantias a clientes	78.280,41	33.979,72		103.973,65	148.274,34

15. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31-12-2017) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, na reunião de 16 de Março de 2018. A Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correção pela Autoridade Tributária.

Reconciliação do imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	650.344,42	471.871,09
Acréscimos à matéria coletável	17.465,31	150.157,01
Deduções à matéria coletável	1.044.927,04	160.569,07
Lucro/Prejuízo Fiscal	**-377.117,31**	**461.459,03**
Dedução de prejuízos fiscais		
Matéria Coletável		**461.459,03**
IRC Liquidado		96.306,40
Benefícios fiscais		
IRC de exercícios anteriores		
Derrama		
Tributação Autónoma	62.802,12	23.976,00
Imposto corrente	62.802,12	120.282,40
Imposto diferido	-79.194,64	
Imposto sobre o Rendimento	**-16.392,52**	**120.282,40**
Taxa efetiva de imposto		25,49%

No exercício de 2016, a taxa de IRC aplicada aos primeiros 15.000,00 euros de matéria coletável é de 17%, e à parte restante é de 21%.

O valor das deduções fiscais em 2017 corresponde maioritariamente à mais-valia obtida com a alienação da participação na sociedade Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A.

Em 2017, o imposto diferido refere-se aos prejuízos fiscais reportados. O imposto corrente corresponde às tributações autónomas do período.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 o saldo da conta Estado e Outros Entes Públicos apresentava as seguintes quantias:

Ativo	2017	2016
Imposto sobre o rendimento	29.197,71	
Retenções IR		
Iva	355.349,38	31.157,11
Segurança Social		
Imposto selo		
TOTAL	**384.547,09**	**31.157,11**

Passivo	2017	2016
Imposto sobre o rendimento		26.453,79
Retenções IR	21.864,93	17.788,12
Iva		
Segurança Social	47.793,60	39.500,30
Imposto selo		
TOTAL	**69.658,53**	**83.742,21**

17. Instrumentos financeiros

17.1. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de clientes apresentava a seguinte composição:

Clientes	2017	2016
Conta Corrente	2.507.468,90	2.487.867,28
Títulos a receber		
Retenções	1.460.306,75	1.188.807,46
Cobrança duvidosa		
TOTAL	3.967.775,65	**3.676.674,74**

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos na conta de perdas por imparidade acumuladas de clientes foram os seguintes:

	2017	2016
Saldo inicial		
Aumento	1.921,13	
Reversão		
Regularizações		
TOTAL	**1.921,13**	

17.2. Adiantamentos de Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica Adiantamentos de Clientes apresentava o valor de 416.738,26 euros, correspondente a adiantamentos por conta de empreitadas.

17.3. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de fornecedores apresentava a seguinte composição:

Fornecedores	2017	2016
Conta Corrente	1.711.147,82	1.709.876,31
Títulos a pagar		
Retenções	185.469,16	201.998,44
Cedências Factoring e Confirming	1.190.738,04	1.292.106,68
TOTAL	**3.087.355,02**	**3.203.981,43**

17.4. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo das rubricas Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar apresentava a seguinte composição:

Outros créditos a receber	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	843.285,59	771.702,39
Outros devedores	1.686.392,12	295.569,12
Fornecedores/Adiantamentos a Fornecedores	29.736,67	142,12
Pessoal		240,53
TOTAL	**2.559.414,38**	**1.067.654,16**

Outras dívidas a pagar	2017	2016
Outros credores	4.249,91	68.639,26
Remunerações a pagar	84.109,80	81.176,63
Credores por acréscimos de gastos	510.492,14	345.838,09
Fornecedores de investimentos	22.532,56	
TOTAL	**621.384,41**	**495.653,98**

Em 2017, a rubrica Outros devedores inclui o montante de 281.900,00 euros, relativo a vendas de participações financeiras da empresa NIPL Batiment e empréstimos concedidos à mesma, repartido da seguinte forma:

- Vendas de participações financeiras: 32.000,00 euros;

- Empréstimos concedidos: 249.900,00 euros, dos quais 100.000,00 euros revestem um caráter de curto prazo, vencendo-se o valor restante entre 2019 e 2021.

A rubrica Outros devedores inclui também o valor de 1.390.000,00 euros relativo à venda da participação financeira da empresa Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A., cujo montante de 400.000,00 euros, reveste caráter de curto prazo, vencendo-se o valor restante até 31/12/2022.

O saldo da conta de remunerações a pagar respeita a salários de Dezembro de 2017 liquidados na íntegra no início do mês seguinte.

17.5. Instrumentos de Capital Próprio

O capital social a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, ascende a 1.000.000,00 euros, representado por 200.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5,00 cada.

Em 31 de Dezembro de 2017, a reserva legal está constituída de acordo com a legislação comercial, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual seja destinado ao seu reforço, até atingir 20% do capital social.

17.6. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos dividiam-se, na data do balanço, nos seguintes valores:

	2017	2016
Passivo não corrente (mais de um ano)		
Empréstimos bancários	991.666,70	833.333,36
Locações Financeiras	250.858,85	244.667,03
	1.242.525,55	**1.078.000,39**
Passivo corrente (menos de um ano)		
Empréstimos bancários	352.852,75	308.013,44
Locações Financeiras	104.759,13	85.152,21
	457.611,88	**393.165,65**
Total	**1.700.137,43**	**1.471.166,04**

18. Garantias prestadas

As garantias prestadas pela sociedade a terceiros, à data de 31 de Dezembro de 2017, ascendem a 4.770.257,09 euros, repartindo-se da seguinte forma:

- Garantias de boa execução: 3.570.417,44 euros;
- Garantias de bom pagamento, referentes a adiantamentos de clientes: 391.506,30 euros;
- Garantias obtidas de sociedades de garantia mútua, referentes a financiamentos obtidos, reconhecidos no passivo: 808.333,35 euros.

Em 31 de Dezembro de 2016 o montante ascendia a 3.847.241,48 euros.

19. Benefícios dos empregados

O saldo da conta de custos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Remunerações dos orgãos sociais	116.427,57	96.541,55
Remuneração do pessoal	1.266.079,14	989.227,94
Indemnizações	4.261,80	
Encargos sobre remunerações	242.062,65	174.881,91
Seguros acidentes de trabalho	58.332,92	36.016,35
Gastos de ação social	3.215,39	
Outros gastos com pessoal	5.906,98	8.673,95
	1.696.286,45	**1.305.341,70**

Os outros gastos com pessoal referem-se a gastos com saúde, higiene e segurança no trabalho, bem como gastos com formação.

Segue-se o número médio de empregados da entidade ao longo dos anos de 2017 e 2016, e o número de empregados no fim dos respetivos períodos:

	2017	2016
Número médio de empregados	78	65
Número de empregados no fim do período	74	74

20. Fornecimentos e Serviços Externos

O saldo da conta de fornecimentos e serviços externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Subcontratos	8.660.954,83	5.993.408,65
Serviços Especializados	261.061,92	194.680,74
Materiais	76.883,28	62.232,43
Energia e Fluidos	204.896,65	153.176,70
Deslocações, Estadas e Transportes	137.232,28	130.318,69
Serviços Diversos	616.630,31	500.350,11
	9.957.659,27	**7.034.167,32**

Em 2017 e 2016, a rubrica de Serviços diversos inclui, respetivamente, o valor de 536.892,13 euros e 431.127,53 euros referente a rendas e alugueres.

21. Outros rendimentos

O saldo da conta de outros rendimentos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

Outros rendimentos	2017	2016
Rendimentos Suplementares	25.657,20	24.356,53
Descontos de pronto pagamento obtidos	504,31	266,92
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	2.400,00	20.973,87
Juros obtidos	4.251,18	5.502,42
Outros	28.295,34	5.285,92
TOTAL	**61.108,03**	**56.385,66**

22. Outros gastos

O saldo da conta de outros gastos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

Outros gastos	2017	2016
Impostos	20.165,69	47.327,69
Desconto de pronto pagamento concedidos	0,30	0,30
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas nos restantes ativos não financeiros		
Outros serviços bancários		
Outros	21.619,57	47.922,04
TOTAL	**41.785,56**	**95.250,03**

23. Participações Financeiras

23.1. Participações Financeiras contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2016, a sociedade participava diretamente na empresa Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A., conforme se segue:

Subsidiária	% Interesse	Ativo 31.12.2016	Passivo 31.12.2016	Rendimentos 2016	Resultado Líquido do Período
DECADA PARALELA, S.A.	96%	1.353.415,34	1.174.166,20	1.319.870,77	131.879,60

As participações financeiras foram contabilizadas usando o método de equivalência patrimonial:

					MEP		
Empresas	% Interesse	Capitais próprios	Resultado líquido do período	Participação no Capital social	Ajustamento por resultados	Ajustamento por capital próprio	Valor participação 31.12.2016
DECADA PARALELA, S.A.	96%	179.249,14	131.879,60	96%	126.604,42		172.079,18

À data de 31 de Dezembro de 2016, a conta de empréstimos concedidos à Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A. apresentava o saldo de 481.425,75 euros, evidenciada no balanço na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

À data de 20 de Outubro de 2017, foi alienada a participação que a sociedade detinha na empresa Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A., pelo valor de 2.000.000,00 euros, tendo-se obtido um ganho no montante de 1.043.920,82 euros.

23.2. Participações Financeiras mensuradas pelo custo menos imparidade

Partes de capital	31-12-2016	Aquisições	Alienações	31-12-2017
Ações Norgarante	34.500,00	1.290,00		35.790,00
Ações Garval	13.310,00	1.860,00		15.170,00
Ações Lisgarante		1.860,00		1.860,00
Fundo de Garantia Salarial	5.355,97	5.698,25	2.554,41	8.499,81
TOTAL	**53.165,97**	**10.708,25**	**2.554,41**	**61.319,81**

As participações em ações da Norgarante, Garval e Lisgarante, decorrem de obrigações assumidas em contrapartida de financiamentos contraídos.

A empresa beneficia de direito de regresso por parte das sociedades garantes relativamente a estas participações, tendo as mesmas a obrigação de adquirir estas participações pelo mesmo valor nominal utilizado na sua compra, após terminarem as respetivas garantias.

24. Partes Relacionadas

24.1. Relacionamentos com empresas-mãe

a) Nome da empresa mãe imediata: Latitude Capital, SGPS, S.A.

24.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Benefícios de curto prazo	116.427,57	96.541,55
Benefícios pós-emprego		
TOTAL	**116.427,57**	**96.541,55**

24.3. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

Partes relacionadas:

Empresa-mãe
Latitude Capital, SGPS, S.A.

Empresa do grupo
Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A.

Pessoal chave da gestão
Administrador Bruno Soares
Administrador Pedro Soares

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia das transações

	Transações 31.12.2017						
Partes relacionadas	Compra de bens	Aquisição de serviços	Venda de ativos	Venda de bens	Prestação de serviços	Prestação de garantia	Outros
Empresa-mãe:							
Latitude Capital, SGPS, S.A.					615,00		2.000.000,00
Empresa do grupo:							
Década Paralela, S.A.					204.536,44		
Pessoal chave da gestão:							
Administrador Bruno Soares							
Administrador Pedro Soares							
TOTAL					**205.151,44**		**2.000.000,00**

Os valores das prestações de serviços referidos no quadro incluem IVA às taxas aplicáveis.

O valor de 2.000.000,00 euros refere-se à alienação da participação na sociedade Década Paralela – Promoção Imobiliária, S.A.

	Transações 31.12.2016						
Partes relacionadas	Compra de bens	Aquisição de serviços	Venda de ativos	Venda de bens	Prestação de serviços	Prestação de garantia	Outros
Subsidiária:							
Década Paralela, S.A.					536.376,84		
Pessoal chave da gestão:							
Administrador Bruno Soares							
Administrador Pedro Soares							
TOTAL					**536.376,84**		

Os valores das prestações de serviços referidos no quadro incluem IVA às taxas aplicáveis.

ii) Quantia dos saldos pendentes, incluindo compromissos

Partes relacionadas	Saldos 31.12.2017					
	Operacionais		Investimento			
	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade do período
Empresa-mãe:						
Latitude Capital, SGPS, S.A.	615,00		1.390.000,00			
Empresa do grupo:						
Década Paralela, S.A.	4.920,00					
Pessoal chave da gestão:						
Administrador Bruno Soares						
Administrador Pedro Soares						
TOTAL	**5.535,00**		**1.390.000,00**			

Partes relacionadas	Saldos 31.12.2016					
	Operacionais		Investimento			
	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade do período
Subsidiária:						
Década Paralela, S.A.	324.836,44		481.425,75			
Pessoal chave da gestão:						
Administrador Bruno Soares						
Administrador Pedro Soares						
TOTAL	**324.836,44**		**481.425,75**			

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais):

Honorários faturados em 2017 pela sociedade Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC, relativos à certificação legal das contas: 5.760,00 euros + IVA.

Transações com ações próprias (Alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais):

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que, durante o período de 2017, a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Aplicação dos resultados

No relatório de gestão, a Administração propõe que ao resultado líquido do exercício no montante de 666.736,94 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reservas legais	33.336,85 euros
Reservas livres	633.400,09 euros

26. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 16 de Março de 2018.

A Administração	O Contabilista Certificado
Bruno Fernando Prado Soares	
Pedro Miguel Prado Soares	

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

ACM
SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Teixeira, Pinto & Soares, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 8.759.072 euros e um total de capital próprio de 2.598.183 euros, incluindo um resultado líquido de 666.737 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Teixeira, Pinto & Soares, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ACM
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

ACM
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

ACM
SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 02 de abril de 2018,

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC
Representada por:

(Óscar Rodrigues Veloso – ROC n.º 1392)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

ACM
SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei e dos estatutos da empresa **"TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A."**, vimos submeter à V. apreciação o relatório da atividade que desenvolvemos no exercício das nossas funções de Fiscal Único e o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pela Administração, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

Durante o período em análise acompanhamos a atividade da empresa, verificando com a extensão considerada necessária os valores patrimoniais, registos contabilísticos e documentos que lhe serviram de suporte, os quais encontramos em devida ordem e em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, bem como, com as restantes disposições legais.

Importa realçar que da Administração e serviços recebemos sempre a mais estreita colaboração.

No final do período examinamos os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração, tendo sido emitida a respetiva certificação.

O Relatório de Gestão da Administração e as Contas parecem-nos expressar de forma adequada a situação financeira de empresa reportada a 31 de dezembro de 2017, pelo que somos de parecer favorável à sua aprovação.

Braga, 02 de abril de 2018,

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC

Representada por:

(Óscar Rodrigues Veloso – ROC n.º 1392)

SEDE
Av. da Liberdade, Ed. dos Granjinhos, nº 432, Piso 6, salas 41-42
4710-249 Braga, Apartado 196 , Portugal | Tel.: 253 206 730 / 919 670 037 | Fax: 253 206 739
E-mail: geral@acmsroc.pt | www.acmsroc.pt

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC
Contribuinte nº 502 154 870
SROC inscrita na lista da OROC sob o nº 57 e na CMVM sob o nº20161397
Sociedade Civil c/ Personalidade Jurídica | Capital Social 52.500€